

Argentina |

Novo regime das *retenciones*

AS *RETENCIONES* nas exportações agropecuárias da Argentina fazem parte das práticas de intervenção governamental na atividade primária. É similar às políticas de confisco cambial que o Brasil praticava no café para estimular a industrialização do país.

Os produtores reclamam da sua aplicação, pois deixam de auferir lucros maiores. O governo argumenta que isso não afeta o desempenho econômico nacional.

Desde 2003, a Argentina vive um processo de crescimento econômico e o setor agropecuário mostra uma evolução espetacular no contexto favorável.

Os mecanismos de *retenciones* estabelecidos pelos governos anterior e atual, para os principais cereais e oleaginosas têm o objetivo de:

- Diferenciar o preço local do internacional devido à política cambial de depreciação da moeda, com a ajuda

do Banco Central (o dólar corresponde a 3 pesos);

- Favorecer a industrialização e a abertura de novas empresas, em condições mais competitivas com as estrangeiras, e gerar maiores empregos;
- Arrecadar recursos para subsidiar a agropecuária em 3,5 milhões de pesos neste ano;

A política das *retenciones* consiste, mediante resoluções governamentais, na aplicação de uma *tablita*, com alíquotas diferenciadas conforme a variação dos preços dos grãos no país. Por exemplo, na soja, para um preço de US\$ 550 a tonelada, se aplica um imposto de exportação com alíquota de 46,45%.

Da parte do Estado, além de ser uma alternativa de arrecadação para segurar o câmbio em valores competitivos, o modelo permite:

- Subsidiar as pequenas propriedades e os combustíveis utilizados pelo setor;

Vertente histórica

Dentre as principais razões para aplicação das políticas de imposto nas exportações agropecuárias na Argentina, as chamadas *retenciones*, há de se olhar a perspectiva histórica do tradicional processo político e econômico nacional.

Quando assumiu a Presidência, em 1946, Perón defendia uma economia baseada em uma nova base industrial, ao contrário da tradicional sustentada pela pecuária. Durante a Segunda Grande Guerra, de 1939 a 1945, a Argentina era o principal fornecedor de carne para os países beligerantes.

O modelo consistiria na aplicação de doses suaves de protecionismo para as atividades industriais adquirem competitividade internacional.

Mas, na prática, a opção foi pela industrialização instantânea, e não um processo evolutivo. Protegeu a indústria de imediato, sem exceções e graduações. Sem condições para sustentar os salários da embrionária indústria e do setor público, o campo arcou com ônus de promover o

crescimento geral, por meio das exportações, e garantir o abastecimento interno, com alimentos baratos ante a insuficiência de renda.

E, assim, a prioridade da agricultura deixou de ser exportadora, para atender ao mercado interno. Uma dissimulação diante da falta de competitividade da indústria e do enorme peso do Estado burocrático. Porém, graças a um avanço tecnológico notável, a própria economia rural tratou de engordar a vaca que se estava ordenhando.

Nas décadas de 1960 e 1970, apesar de sofrerem oscilação, as *retenciones* ficaram em torno de 15%. No final dos anos 1980, no governo de Raul Alfonsín, ficaram entre 30% a 40%.

Em 2002, no governo de Eduardo Duhalde, foi retomada a aplicação dos impostos sobre a exportação de produtos agrícolas, depois de um intervalo de 11 anos. As alíquotas incidentes sobre as vendas externas de grãos, oleaginosas e seus derivados variavam de 20% a 23,5%.

O presidente Kirchner manteve a políti-

ca de alimentos baratos como solução da falta de renda urbana, apesar de advertir sobre a necessidade de manter a saúde e o superávit nas contas públicas. Em 2007, em ano de eleição, com os gastos inflados, o apetite das *retenciones* recrudescceu para aliviar os precários orçamentos das provinciais, cada vez mais dependentes do Estado.

Passada a eleição, já no governo de Cristina Kirchner, as *retenciones* nas exportações de grãos e carnes sofreram fortes aumentos. A medida não foi uma surpresa. Nas campanhas da eleição presidencial de 28 de outubro de 2007, a intenção era manifestada nos comícios públicos.

As *retenciones* nas exportações de soja, por exemplo, subiram de 27,5% para 35%. Um aumento aparente de 7,5%. Mas, se a forma de cálculo for pela relação de 35,0% sobre 27,5%, o incremento é de 27%. O mesmo procedimento se aplica às variações menores de trigo, milho e girassol, com extensão às farinhas e aos óleos.

Desempenho entre 200/03 a 2006/07**1. Crescimento médio anual de:**

- Área: 15% em geral, 28% na soja e 16% no milho;
- Produção: 45% no milho; 37% na soja e 18% no trigo;

2. Vendas de máquinas: expansão de 439%;**3. Duplicação e triplicação dos preços dos produtos;****4. Duplicação do arrendamento do campo.**

- Montar um Fundo de Compensação para o Setor Leiteiro, para garantir um preço acessível ao consumidor;
- Subvencionar os serviços públicos, principalmente em transporte e energia;
- Investir em infraestrutura para dar sustentação ao crescimento econômico.

Tablita das retenciones

Preço FOB (US\$/ tonelada)	Alíquotas de Retenção em %			
	Soja	Trigo	Girassol	Milho
150	23,50	20,00	23,50	20,00
250	26,40	22,40	24,60	30,20
350	32,57	27,43	27,29	47,90
450	39,80	35,44	31,56	-
550	46,45	43,36	37,82	-
650	52,85	50,08	45,31	-

Fonte: Ministério da Economia e Produção da Argentina

Segundo estudos do Ministério da Economia e Produção da Argentina, com a conjuntura de crescimento nos preços das *commodities*, se as retenções forem abolidas, o impacto sobre os preços seriam imediatos e contundentes: os dos óleos de soja e girassol triplicariam, o do leite cresceria em 25%, a carne bovina aumentaria 60% e a de ave 50%.

É um verdadeiro dilema. Sem as *retenciones* no petróleo e os subsídios nos combustíveis, os preços teriam de acompanhar os valores praticados nos países vizinhos. O Brasil e o Uruguai praticamente duplicaram em dólares os preços dos combustíveis em período recente, enquanto na Argentina a elevação foi de

5%. O impacto da liberação dos preços do combustível sobre a estrutura de custos e sobre a economia seria nefasto, com a duplicação dos seus valores.

Em 2007, a arrecadação fiscal com as *retenciones* somou US\$ 4,5 milhões. Neste ano, o valor pode saltar para US\$ 7,4 milhões, um aumento de 78%. ■

Argentina II

Por que o *lockout* agropecuário?

AS QUATRO associações patronais do setor agropecuário da Argentina - a Confederação Rural Argentina (CRA), a Sociedade Rural Argentina (SRA), a Federação Agrária Argentina (FAA) e a Confederação Intercooperativa Agropecuária (Coniagro) - estão unidas em exigências comuns e em bloqueios sistemáticos de estradas, para impedir a chegada de alimentos aos grandes centros consumidores urbanos.

O movimento começou após o governo anunciar, em 11 de março último, um novo regime para a aplicação do imposto de exportações, as chamadas *retenciones*.

No calor dos protestos patronais do setor rural, vieram as manifestações urbanas de “panelaços”, nos bairros de Buenos Aires. Para o governo, o desafio é aprimorar e tomar medidas para fortalecer a estrutura produtiva da Argentina.

Para amenizar a situação, Cristina Kirchner autorizou, no final de março, a devolução automática das *retenciones* para os agricultores com produções inferiores a 500 toneladas (entre 200 e 300 hectares de área). Haverá também subsídio para o frete para as produções com distância acima de 400 quilômetros dos portos. A medida beneficia 62 mil pequenos e médios produtores de soja.

O pacote ainda permite:

- Concessão de créditos do banco estatal com condições flexíveis de pagamento;
- Incentivos à produção de leite e pecuária, ambas em quedas nos últimos anos.

A presidente insiste que “os impostos às exportações [*retenciones*] evitam que os preços internos disparem, diante do forte aumento dos preços internacionais das *commodities*”. Ela explica também o

O avanço da soja

Pelo Censo Agropecuário de 2002, aproximadamente 936 proprietários rurais possuíam 35,5 milhões de hectares (quase toda a superfície que está sendo cultivada), com uma área média de 38 mil hectares cada um. Cerca de 6.900 proprietários detêm 49,7% da superfície cultivável e produtiva do país. Na outra ponta, 137 mil agricultores possuem milhões de hectares, com uma média de 16,7 hectares cada um. Em 1966, o país contava com 600.000 produtores agropecuários. Hoje, restam somente 330.000 explorações. As crises econômicas esvaziaram o campo. São 310.000 trabalhadores registrados, com rendimento médio mensal de 1.200 pesos (US\$ 400), enquanto outros 700.000 são trabalhadores informais e sem emprego estável. Na safra 2004/05, os proprietários da região do pampa, receberam como renda pelo aluguel da terra, cerca de US\$ 3 bilhões, equivalentes a 9 bilhões de pesos. Os argentinos chamam de *sojização* da agricultura do país, com redução das outras atividades. Um hectare na zona da soja das províncias de Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé ou Entre Ríos é vendido por valores de US\$ 15 mil a US\$ 20 mil e alugado por cerca de US\$ 600. Para citar um exemplo, quando o proprietário da terra arrenda 300 hectares, recebe uma renda (sem investir nem arriscar) de US\$ 180 mil por ciclo de soja.